



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU
GABINETE DO PREFEITO**

Rua Pres. João Pessoa, 182 – Centro – Mulungu/PB CEP: 58354-000
Fone: 3288-1026
CNPJ nº 08.786.865/0001-37

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 03/2001

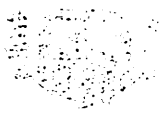
Lei Municipal Nº. 001 / 2021.

Dispões sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MULUNGU, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no art. 33, 34 e 42 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, encaminha a discussão e votação por parte da Câmara Municipal de Mulungu a seguinte Lei:

Capítulo I

Das Disposições Preliminares



U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE
 FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION
 400 ...
 ...
 ...

CONFIDENTIAL
 ...

...

...

...

...

...

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social - CACS do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no âmbito do Município de Mulungu/PB.

Capítulo II

Da composição

Art. 2º O CACS a que se refere o art. 1º é constituído por 11 (onze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

- a) 1 (um) representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- b) 2 (dois) representantes dos professores da educação básica pública, sendo um representante das escolas da zona urbana e um representante das escolas do campo;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública;
- g) 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);
- h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

§ 1º Os membros do CACS previstos no caput, observados os impedimentos dispostos no § 5º deste artigo, serão indicados até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, da seguinte forma:

I - nos casos das representações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Conselho Municipal de Educação - CME e Conselho Tutelar, a indicação será feita pelos seus dirigentes;



... a fim de garantir o cumprimento das obrigações de ensino e a melhoria da qualidade da educação pública, o Conselho Municipal de Educação - CME, no âmbito do Município de Curitiba, institui o Conselho Municipal de Educação - CMEC, com a seguinte composição:

Artigo II
Composição

Art. 3º O CMEC é constituído por 11 (onze) membros titulares e 11 (onze) membros suplentes, nomeados pelo Poder Executivo Municipal, conforme especificação e distribuição a seguir:

- a) 03 (três) representantes do Poder Executivo Municipal (Educação, Cultura e Esportes);
- b) 03 (três) representantes do Poder Judiciário (Promotoria de Justiça Pública, Juízo de Direito e Ministério Público do Trabalho);
- c) 01 (um) representante da Comunidade (Associação de Pais e Professores);
- d) 01 (um) representante da Comunidade (Associação de Estudantes);
- e) 01 (um) representante da Comunidade (Associação de Professores);
- f) 01 (um) representante da Comunidade (Associação de Pais e Professores);
- g) 01 (um) representante da Comunidade (Associação de Estudantes);
- h) 01 (um) representante da Comunidade (Associação de Pais e Professores);

§ 1º O mandato dos membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Educação - CMEC é de 04 (quatro) anos, renovável por igual período.

§ 2º O Conselho Municipal de Educação - CMEC é instalado por ato do Poder Executivo Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.

II - nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III - nos casos de representantes de professores e servidores técnico - administrativo, pela entidade sindical das respectivas categorias;

§ 2º São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:

I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e do (a) Secretário (a) Municipal de Educação;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados; e

IV - pais de alunos que:

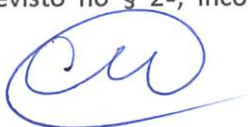
a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou

b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

Art. 3º O suplente substituirá o titular do CACS nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I – desligamento por motivos particulares;

III – situação de impedimento previsto no § 2º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.



... ..
... ..
... ..

... ..
... ..

... ..

... ..
... ..

... ..
... ..
... ..

... ..

... ..

... ..
... ..

... ..

... ..
... ..

... ..

... ..
... ..

Parágrafo único. Na hipótese em que o conselheiro titular e/ou suplente incorrerem na situação de afastamento definitivo descrito no caput deste artigo, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novos representantes para o CACS.

Art. 4º. O mandato dos membros do CACS será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. No caso do CACS instalado até 31 de março de 2021, o primeiro mandato dos conselheiros extingui-se-á em 31 de dezembro de 2022.

Art. 5º O Município disponibilizará em sítio na internet informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do respectivo CACS, incluídos:

- I - nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;
- II - correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o conselho;
- III - atas de reuniões;
- IV - relatórios e pareceres;
- V - outros documentos produzidos pelo conselho.

Capítulo III

Das Competências do CACS

Art. 6º Compete ao CACS:

- I – acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
- II – supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;
- III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;



IV – emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal;

V – ao conselho incumbe também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; e

Parágrafo único. O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado/Municípios.

Capítulo IV

Das Disposições Finais

Art. 7º O CACS terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pelos conselheiros.

Parágrafo Único. Estão impedidos de ocupar a Presidência e a Vice-presidência os conselheiros designados nos termos do art. 2º, caput, alínea “a”, desta lei.

Art. 8º Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do CACS incorrer na situação de afastamento definitivo prevista no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 9º No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação do CACS, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art. 10. O CACS reunir-se-á, no mínimo, trimestralmente ou por convocação de seu Presidente.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 11. O CACS atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art. 12. A atuação dos membros do CACS:



Art. 17. El Poder Ejecutivo Municipal, en el ejercicio de sus funciones, podrá emitir resoluciones que afecten el patrimonio del Municipio, siempre que no impliquen un gasto de recursos públicos.

Art. 18. El Poder Ejecutivo Municipal, en el ejercicio de sus funciones, podrá emitir resoluciones que afecten el patrimonio del Municipio, siempre que no impliquen un gasto de recursos públicos.

Art. 19. El Poder Ejecutivo Municipal, en el ejercicio de sus funciones, podrá emitir resoluciones que afecten el patrimonio del Municipio, siempre que no impliquen un gasto de recursos públicos.

Capítulo IV

Del Poder Judicial

Art. 20. El Poder Judicial Municipal, en el ejercicio de sus funciones, podrá emitir resoluciones que afecten el patrimonio del Municipio, siempre que no impliquen un gasto de recursos públicos.

Art. 21. El Poder Judicial Municipal, en el ejercicio de sus funciones, podrá emitir resoluciones que afecten el patrimonio del Municipio, siempre que no impliquen un gasto de recursos públicos.

Art. 22. El Poder Judicial Municipal, en el ejercicio de sus funciones, podrá emitir resoluciones que afecten el patrimonio del Municipio, siempre que no impliquen un gasto de recursos públicos.

Art. 23. El Poder Judicial Municipal, en el ejercicio de sus funciones, podrá emitir resoluciones que afecten el patrimonio del Municipio, siempre que no impliquen un gasto de recursos públicos.

Art. 24. El Poder Judicial Municipal, en el ejercicio de sus funciones, podrá emitir resoluciones que afecten el patrimonio del Municipio, siempre que no impliquen un gasto de recursos públicos.

Art. 25. El Poder Judicial Municipal, en el ejercicio de sus funciones, podrá emitir resoluciones que afecten el patrimonio del Municipio, siempre que no impliquen un gasto de recursos públicos.

Art. 26. El Poder Judicial Municipal, en el ejercicio de sus funciones, podrá emitir resoluciones que afecten el patrimonio del Municipio, siempre que no impliquen un gasto de recursos públicos.

Art. 27. El Poder Judicial Municipal, en el ejercicio de sus funciones, podrá emitir resoluciones que afecten el patrimonio del Municipio, siempre que no impliquen un gasto de recursos públicos.

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

- a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
- b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e
- c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

Art. 13. O CACS não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer a Secretaria da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal deverá ceder ao CACS um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho.

Art. 14. O CACS poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;



1988-1989

1988-1989

1988-1989

1988-1989

1988-1989

1988-1989

1988-1989

1988-1989

1988-1989

1988-1989

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

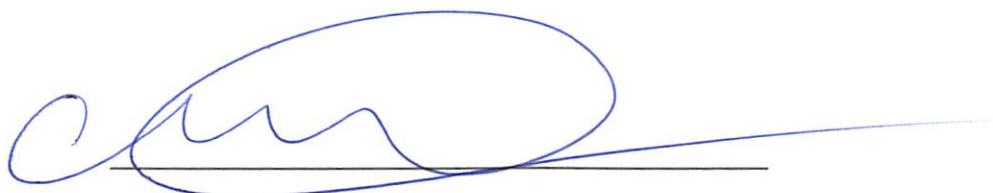
III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos referentes a:

- a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;
- b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;
- c) documentos referentes a convênios do Poder Executivo com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos que são contempladas com recursos do FUNDEB;
- d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

Art. 15. Durante o prazo previsto no Parágrafo Único do Art. 4º os novos membros deverão se reunir com os atuais membros do CACS, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mulungu - PB, 23 de Março de 2021.



MELQUIADES JOÃO DO NASCIMENTO SILVA
PREFEITO

... a Comissão de Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Município de São Paulo, no âmbito do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, para apresentar ao Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico o Plano Diretor Municipal, em conformidade com o disposto no art. 182 da Constituição Federal de 1988.

III - A Comissão de Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Município de São Paulo, no âmbito do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, para apresentar ao Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico o Plano Diretor Municipal, em conformidade com o disposto no art. 182 da Constituição Federal de 1988.

f) no caso de aprovação pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, o Plano Diretor Municipal será encaminhado ao Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico para aprovação final.

g) o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico poderá, a qualquer momento, convocar o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico para apresentar o Plano Diretor Municipal, em conformidade com o disposto no art. 182 da Constituição Federal de 1988.

h) o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico poderá, a qualquer momento, convocar o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico para apresentar o Plano Diretor Municipal, em conformidade com o disposto no art. 182 da Constituição Federal de 1988.

Art. 183. O Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Município de São Paulo, no âmbito do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, para apresentar ao Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico o Plano Diretor Municipal, em conformidade com o disposto no art. 182 da Constituição Federal de 1988.

Art. 184. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. São Paulo, 15 de maio de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal - P.M. de São Paulo - P.M. de São Paulo - P.M. de São Paulo

WELBERT DA SILVA
PREFEITO